



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PRPGP
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE
O “AUXÍLIO BRASIL” COM MORADORES DE UM BAIRRO DE LIVRAMENTO/PB**

**CAMPINA GRANDE/PB
2022**

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE
O “AUXÍLIO BRASIL” COM MORADORES DE UM BAIRRO DE LIVRAMENTO/PB**

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes

**CAMPINA GRANDE/PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

SS725p Sousa, George Ferreira de.
Políticas públicas de transferência de renda [manuscrito] :
um estudo sobre o "auxílio brasil" com moradores de um bairro
de Livramento/Pb / George Ferreira de Sousa. - 2022.
33 p. : il. colorido.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública
Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de
Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2022.

"Orientação : Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes ,
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Políticas Públicas. 2. Transferência de renda. 3. Auxílio
Brasil. I. Título

21. ed. CDD 320.6

GEORGE FERREIRA DE SOUSA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE O
“AUXÍLIO BRASIL” COM MORADORES DE UM BAIRRO DE LIVRAMENTO/PB

Artigo apresentado a Coordenação do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública Municipal, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista.

Aprovada em: 30 / 09 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Lucas Andrade de Moraes (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Me. Cinthia Moura Frade
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Profa. Me. Werena de Oliveira Barbosa
Secretária de Assistência Social do Município de José da Penha/RN

Ao meu pai José Cabral, pela dedicação,
companheirismo e amizade. E a minha
Mãe Edelsuita Ferreira (*in memoriam*).

“Se queres a paz, vais ao encontro dos pobres.”

- João Paulo II, 1993.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Resultados obtidos acerca da faixa etária dos beneficiários	16
Gráfico 2 - Acerca do estado civil dos beneficiários	17
Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos beneficiários	18
Gráfico 4 - Beneficiários que possuem filhos	19
Gráfico 5 - Participantes que exercem atividades remuneradas	22
Gráfico 6 - Atividades realizadas para complementar renda	23
Gráfico 7 - Preço dos itens da cesta básica	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fala dos beneficiários do programa Bolsa Família	21
Quadro 2 - Fala dos beneficiários do programa Auxílio Brasil	21

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores recebidos no antigo programa Bolsa Família	20
Tabela 2 - Valores recebidos pelo novo programa Auxílio Brasil	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O AUXÍLIO BRASIL.....	12
3 METODOLOGIA	15
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	16
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS.....	25
APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	30

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM ESTUDO SOBRE O “AUXÍLIO BRASIL” COM MORADORES DE UM BAIRRO DE LIVRAMENTO/PB

PUBLIC POLICIES FOR INCOME TRANSFER: A STUDY ON "AUXÍLIO BRASIL" WITH RESIDENTS OF A NEIGHBORHOOD OF LIVRAMENTO/PB

George Ferreira de Sousa*
Lucas Andrade de Moraes (Orientador)**

RESUMO

O presente estudo é resultado da reaplicação de uma pesquisa que foi desenvolvida no ano de 2018 com o objetivo de analisar a política de transferência de renda instituída pelo Governo Federal, na época denominado como o Programa Bolsa Família. Atualmente, essa pesquisa se propõe a analisar a nova política de transferência de renda: do “Auxílio Brasil” e como ela vem interferindo na vida dos beneficiários do Bairro Santa Terezinha, localizado no município de Livramento-PB. O Auxílio Brasil destina-se às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Em termos metodológicos este estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa qualitativa, estudo de campo, exploratório e bibliográfico, com a aplicação de um questionário semiestruturado a 31 (trinta e um) participantes dos 71 beneficiários do programa de transferência de renda que residem no local de estudo. Por fim, constatou-se a insuficiência dos valores recebidos mesmo sendo um valor bem superior aos valores percebidos pelo programa anterior conforme apresentados no primeiro estudo e que todos os participantes exercem atividades remuneradas para complementar a renda. Uma resposta para isso decorre da inflação e crise econômica que o país vem sofrendo, que resultou na alta de preços dos gêneros alimentícios, que mesmo o valor recebido pelo “Auxílio Brasil” se mostra insuficiente para adquirir alimentação básica para o mês, gerando um (in)segurança alimentar das famílias beneficiadas.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Transferência de renda. Auxílio Brasil.

ABSTRACT

The present study is the result of the reapplication of a research that was developed in 2018 with the objective of analyzing the income transfer policy instituted by the Federal Government, at the time called the Family Scholarship Program. Currently, this research proposes to analyze the new income transfer policy: from “Brazil Aid” and how it has been interfering in the lives of beneficiaries of the Santa Terezinha neighborhood, located in the municipality of Livramento-PB. Brazil Aid is intended for families in poverty and extreme poverty. In methodological terms, this study was developed through a qualitative research, field study, exploratory and bibliographic,

* George Ferreira de Sousa, Graduado em Administração (UEPB), Especialização em Gestão Pública Municipal (UEPB), e-mail: sousageorge500@gmail.com.

**Lucas Andrade de Moraes, Graduado em Administração Pública (UFRN), Direito (UFCG), Letras (IFPB), Mestre em Administração (UFCG), Doutor em Letras (UERN), e-mail: lucasmorais7@gmail.com.

with the application of a semi-structured questionnaire to 31 (thirty-one) participants of the 71 beneficiaries of the income transfer program that reside at the study site. Finally, the insufficiency of the amounts received was verified, even though it was a value much higher than the values perceived by the previous program as presented in the first study and that all participants carry out paid activities to supplement their income. One answer to this stems from the inflation and economic crisis that the country has been suffering, which has resulted in the high prices of foodstuffs, which even the amount received by “Brazil Aid” is insufficient to purchase basic food for the month, generating a (in) food security of the beneficiary families.

Keywords: Public Policies. Income Transfer. Brazil Aid.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país em desenvolvimento, com uma população significativa em situação de pobreza e extrema pobreza, problema que só se agravou nos últimos tempos diante das crises econômicas e sanitárias da pandemia da COVID-19. Dados divulgados pela Rede Brasileira em Soberania e Segurança Alimentar Nacional (REDE PENSSAN) no ano de 2022 afirmam que são mais de 33,1 milhões de pessoas que não têm o que comer (GANDRA, 2022).

É também o que revela o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, lançado em junho de 2022, o trabalho apresenta que em menos de um ano houve um aumento do número de 14 milhões pessoas em situação de fome, em que mais da metade (58,7%) da população convive com a insegurança alimentar em diversos graus (leve, moderado ou grave). Esse cenário fez o país regredir no mapa da fome, assumindo uma posição que não estava, desde a década de 90 (2º INQUÉRITO..., 2022).

Indo em contraponto ao que estabelece um dos objetivos da República Brasileira, presente no artigo 3º da Constituição Federal de 1988, que é a erradicação da pobreza, deste modo, esse objetivo deve, de fato, demonstrar a preocupação do Estado em erradicar tal problemática. Por isso, os governos na atuação da gestão pública em todas as esferas devem se preocupar em atingir esse objetivo e garantir o direito social à alimentação (BRASIL, 1988).

A gestão federal (2002-2008), no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004), instituindo o Programa Bolsa Família (PBF), destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades para pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. Esse programa foi substituído na gestão federal (2019-2022), do governo de Jair Messias Bolsonaro, com o surgimento do Programa Auxílio Brasil, com a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, com o propósito de ampliar o programa anterior e promover ações direcionadas: ao fortalecimento das ações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); à transferência direta e indireta de renda; ao desenvolvimento da primeira infância; ao incentivo ao esforço individual; à inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã (BRASIL, 2021).

Partindo do surgimento dessa política pública de transferência de renda, o objetivo deste estudo concentra-se em analisar a política de transferência de renda do “Auxílio Brasil” com beneficiários do Bairro Santa Terezinha, localizado no município de Livramento/PB, estabelecendo uma análise comparativa do resultado com o estudo da política de transferência de renda do Programa Bolsa Família no sítio Araras, localizado no município de Itapetim/PE, realizado por Sousa (2018).

O município de Livramento foi escolhido em virtude de ser um município vizinho ao de Itapetim, e o bairro Santa Terezinha foi escolhido para o estudo por ser o bairro mais pobre do município, existindo pessoas em situação de pobreza e insegurança alimentar.

Com o surgimento do novo programa de transferência de renda, o Auxílio Brasil, que veio para substituir o antigo programa Bolsa Família, com repasse de valores financeiros atualizados para as famílias mais pobres, este estudo direciona-se a responder o seguinte questionamento: os atuais valores financeiros recebidos pelo novo programa Auxílio Brasil são suficientes para suprir os gastos mensais com a alimentação?

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O AUXÍLIO BRASIL

Os programas “Bolsa Família” e o “Auxílio Brasil” são políticas públicas de transferência de renda para pessoas em caso de vulnerabilidade social e em situação de pobreza. Pase e Melo (2017) enfatizam que a pobreza é uma problemática histórica que é advinda devido a vários fatores, tendo como consequências as guerras civis, a violência, a morbidade, doença e cidadania incompleta, assim citando Marshall (1967) ou inconclusa como afirma Carvalho (2007) e, afirmam que, de acordo com Lowi (1972) os programas de transferência de renda são do tipo redistributivo, pois os recursos são destinados a uma população específica.

Para Silva (2005) se configura complemento monetário para famílias em situação de pobreza, e é uma repartição de renda conforme Bacha e Unger (1978). Para Madeira, Papi e Marx (2015) políticas de transferência de renda são direcionadas para pessoas desfavorecidas em situação de pobreza e servem como veículo de ampliação iniciando um projeto de desenvolvimento servindo de ligação gerando empregos e renda, assim como entende Hall (2008, p. 819).

Todavia, Peña *et al.* (2015) acordam que existem pontos positivos quando se diz respeito à redistribuição conforme Carvalho (2006). Os programas de transferência de renda foram criados com o objetivo de auxiliar às famílias beneficiárias ao enfrentamento da pobreza através do repasse de determinado valor monetário (SILVEIRA, 2012).

Esses programas de transferência de renda, de acordo com Lima (2015), têm por objetivo principal combater a pobreza. Tupy e Toyoshima (2013) afirmam que as transferências diretas impactam de forma positiva no setor econômico de forma a diminuir a desigualdade em uma sociedade, reduzindo a concentração de renda pode-se induzir ao crescimento econômico (FAJNZYLBBER, 1992; JORGE NETO; BARRETO; TEBALDI, 2001 apud TUPY; TOYOSHIMA, 2013).

Com o surgimento das políticas de transferência de renda nascem suas variações, contradições e retrocessos, tomando assim uma forma de política social compensatória. Assim, tais políticas surgiram em uma época de capitalismo industrial se transformando em uma compensação social mantendo assim as mínimas condições de trabalho (SOUTO MAIOR, 2008 apud FILHO, 2016).

Para Silva (2004) redistribuição de renda tem suma importância para uma população, pois, cria uma relação de crescimento econômico e de bem-estar, tendo proposta central gradativa como objetivo de extinção da pobreza. Tal fato exige que o poder público entre com uma ação governamental no que diz respeito a garantir uma transferência de renda monetária no intuito de suporte financeiro subsidiando um nível de população em situação de pobreza de acordo com o que defende Silveira (1975, apud SILVA, 2004).

No que diz respeito a programas de transferência de renda, Silva (2004) ainda aponta que é um tema extenso para debate e que propostas e experiências relacionadas ao programa são marcadas por: a) crescimento do desemprego, precarização das relações de trabalho, com informalização crescente do trabalho e rebaixamento dos salários; b) aumento da violência, principalmente nas grandes cidades; c) baixa escolaridade e baixa qualificação do trabalhador brasileiro para responder às novas demandas postas com as transformações em curso no mundo do trabalho; d) elevados índices de trabalho infantil, com exploração da criança e do

adolescente; e) crescimento da pobreza, com fortes rebatimentos nas crianças e jovens.

Apesar disso, Freitas e Mesquita (2013) destacam que programas de transferência de renda são programas não contributivos e são recentes no país, diferentemente dos programas contributivos que têm uma tradição mais antiga afirmado assim por Jaccoud (2009, p. 9), os autores ainda enfatizam que de acordo com Yasbek *et al.* (2007, p. 36) programas de transferência de renda são o caminho para enfrentar o desemprego e pobreza assunto esse debatido em âmbito internacional. Ainda apontam que tais programas assumem um papel de relevante importância no sistema de proteção social não contributivo Brasil.

Para Gilian e Spozat (1997, apud BOYADJIAN, 2009) os programas de transferência de renda podem manter-se como um discurso neoliberal sendo um desmonte das políticas sociais já existentes. Entretanto, podem ao mesmo tempo serem vistos como uma ótica social-democrata, como forma de um mecanismo de redistribuição de renda envolvendo justiça social.

Arena (2021) enfatiza que de acordo com Barros *et al.* (2009) os programas de transferência de renda têm mais eficiência na redução da desigualdade do que as políticas de aumentos salário-mínimo. A transferência de renda tem o objetivo dar poder aquisitivo a pessoas de baixa renda para que tenham acesso ao consumo de bens, mercadorias, serviços e direitos a que grupos sociais estejam impedidos de participar (DA SILVA, 2009).

Programas de transferência de renda são limitados no que diz respeito ao combate à pobreza e desigualdades. Enfatiza-se que seja indispensável à ampliação de proteção social em bases solidárias e universais, que não seja subordinada ao exercício de atividades formais implicando assim ao sistema de contribuição (DIAS, 2006). O autor ainda afirma que, no que tange a diversas modalidades de programas de transferência de renda no seu conceito original existem questões relacionadas ao conteúdo social desses programas: construir uma política distributiva que concretiza perante o cidadão a um direito a posse incondicional de um valor monetário para sobrevivência, independente de vínculo de trabalho conforme aponta (PERREIRA, 2000a, p.114).

Roque e Ferreira (2015) apontam que os autores Ferreira, Jimenez e Holzer (2011), que versam sobre transferência de renda, afirmam que tais políticas são as mais aceitas como instrumento de combate à pobreza e que para Son (2008) esses programas têm efeito de alívio imediato para enfrentamento de tal problema social.

O objetivo dos programas de transferência de renda é acabar com o ciclo vicioso da pobreza que se arrasta de geração em geração. Os programas visam à colocação das famílias em situação de pobreza em uma rede de segurança social visando a aumento dos padrões de vida colocando as gerações vindouras em uma situação econômica mais ativa tendo assim o fortalecimento da família e uma elevação na escolaridade (MENDES; BUZINARI; OLIVEIRA, 2006).

Abreu (2011) afirma que com o aumento das desigualdades sociais advindos do capitalismo, as experiências de políticas públicas de transferência de renda além de ter o objetivo de combater a pobreza, a fome e a exclusão social procuram garantir também a subsistência como direito à cidadania social.

Como os programas de transferência de renda são uma estratégia de redistribuição de valores monetários em dinheiro para famílias em situação de vulnerabilidade, tal programa exige contrapartida por parte dos beneficiários sendo essas conhecidas como condicionalidades, tendo o principal objetivo de elevar os

índices de educação, saúde, nutrição e combaterem a evasão escolar e o trabalho infantil (DOS SANTOS; ROSA, 2009).

Segundo Montiel (2016) mesmo que os programas de transferência de renda não consigam combater a pobreza total elas podem ajudar a mostrar as famílias que saíram da linha de pobreza como afirma Lavinhas (2006). O autor, citando Jesus, Silva e Boa Ventura (2012), ainda aponta que tal programa serve de alívio para pobreza como aspecto não só político e econômico, mas, também, como a privação dos direitos básicos do indivíduo.

Para Figueiredo (2022), o Auxílio Brasil é importante por ser uma política que compensa a queda de renda do trabalho que atingiu as famílias mais pobres e o aumento do valor do poder de compra dos benefícios concedidos.

O Auxílio Brasil acabou tomando outro direcionamento sovertendo a lógica do Bolsa família que é de combater a extrema pobreza, prevendo um voucher creche para famílias que têm empregos ou atividades remuneradas ao invés de manter-se focado nos desempregados, como afirma Teodoro (2022).

Conforme Mattar (2022) com o pronunciamento do Ministro de Estado da Cidadania anunciando em 2021 a criação do novo programa, pode-se observar vários problemas dos quais destaca e considera o mais grave que aproximadamente 20 milhões de brasileiros que até então recebiam o auxílio emergencial até outubro de 2021 não foram incorporados no programa Auxílio Brasil.

O Auxílio Brasil prevê um redesenho dos benefícios para substituição do Bolsa Família denominado benefícios da Cesta Raiz, com a atualização dos valores das linhas da pobreza e extrema pobreza. Reforça ainda a ideia conservadora e preconceituosa de que programas de transferência de renda não estimulam os beneficiários a se ocuparem, rompendo assim o conceito de transferência de renda de forma simplificada (PARANÁ, 2017).

O Auxílio Brasil assim como o Bolsa família é um programa de transferência de renda condicionada. Nele, se inclui os programas de primeira infância, composição familiar e de superação da extrema pobreza de acordo com o boletim emitido em 2022 pelo Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB, 2022).

Integrando várias políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda, o Auxílio Brasil se caracteriza como transferência de renda indireta para famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza com o objetivo de estimular às famílias a se emancipar, superando a situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2022b).

De acordo com o Ministério da Cidadania em 2022 um estudo técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mostra a evolução da transferência de renda no país. O Auxílio Brasil traz mudanças no que se diz respeito a conceitos de proteção social onde se procura fazer uma assistência social voltada para a autonomia das famílias (BRASIL, 2022a).

Nesta seção, observa-se a importância que os programas de transferência de renda bem como o Auxílio Brasil trazem para a população que se encontra em situação de pobreza, sua relevância e eficácia, o que nos faz despertar para a importância de tal programa, tendo como um de seus objetivos trazer autonomia para as famílias que se encontram em vulnerabilidade e situação de insegurança alimentar.

Embora tal programa seja de grande importância por trazer suas contribuições positivas e de alívio para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, ao mesmo tempo traz uma grande

preocupação em virtude da alta demanda de pessoas que estão na fila de espera e ainda não foram inseridas no programa Auxílio Brasil.

A pesquisa realizou-se no município de Livramento/PB por existirem pessoas em situação de insegurança alimentar e em situação de pobreza e extrema pobreza.

3 METODOLOGIA

A pesquisa iniciou-se por meio de estudo bibliográfico por ter sido consultado outros autores que versam sobre o assunto. Assim, aponta De Macedo (1995) afirmando que pesquisa bibliográfica é busca de informações e seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa.

A abordagem qualitativa visa à obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos procurando entender por parte do pesquisador os fenômenos segundo as perspectivas dos envolvidos no estudo (GODOY, 1995). Sendo assim, este estudo também se caracteriza numa abordagem qualitativa.

O presente trabalho caracterizou-se por um estudo de campo em virtude da pesquisa ter sido feita em forma de contato direto com os entrevistados. Piana (2009) afirma que pesquisa de campo é a que busca as informações diretas com os indivíduos da pesquisados.

De acordo com dados fornecidos no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) a cidade de Livramento localizada na Microrregião do Cariri Ocidental Paraibano possui uma população de 7.164 pessoas com uma estimativa para o ano de 2021 de 7.274 pessoas, o censo mostra que na zona urbana existem 1.160 residências (IBGE, 2010).

Conforme pesquisa realizada, o bairro Santa Terezinha é composto por 310 residências. O referido bairro onde foi realizado o estudo foi escolhido em virtude de, segundo informações cedidas pela secretaria de assistência social, ser um dos bairros mais carentes da cidade onde existem pessoas em situação de insegurança alimentar e, ainda, existirem apenas 71 famílias beneficiárias do programa.

O estudo se caracteriza como comparativo em virtude de analisar um mesmo fenômeno. Assim, versam autores como DA SILVEIRA *et al.* (2019) afirmando que de acordo com Sartori (1994) é através da comparação que se explica diferenças ou semelhanças entre fenômenos.

Estudo similar a este foi realizado em 2018 e investigou beneficiários do programa Bolsa Família no Sítio Araras localizado na Zona Rural do município de Itapetim/PE. Entretanto, o mesmo estudo foi realizado em 2022 na cidade de Livramento/PB, município vizinho. O comparativo foi feito em localidades distintas, porém, analisando o mesmo perfil dos entrevistados da zona rural, ou seja, pessoas em situação de insegurança alimentar, pobreza e extrema pobreza.

Dentro deste universo de 71 famílias beneficiárias, foram selecionados através de sorteio na secretaria de assistência social os números com o nome dos 71 beneficiários enumerados de 01 a 71, destes, foram sorteadas 31 famílias para responderem por disponibilidade a um questionário estruturado com perguntas que foram feitas no estudo de 2018 contendo 07 (sete) questões com as seguintes perguntas: a) faixa etária "idade"; b) estado civil; c) nível de escolaridade; d) beneficiário que têm filhos; e) valores mensais recebidos; f) o valor recebido é suficiente pra compra de alimentos pra o mês? Justificativa em caso de resposta

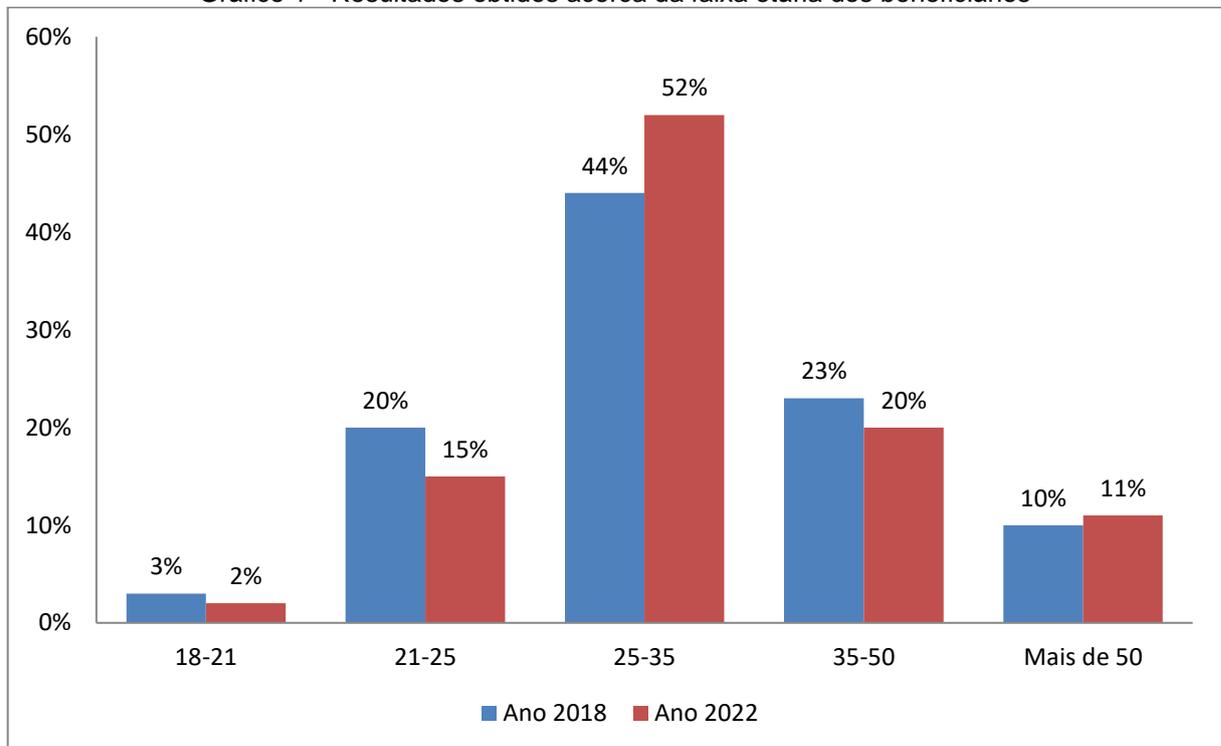
negativa; g) exerce atividade remunerada para complemento de renda? Se resposta afirmativa. Qual atividade?

Em seguida os dados coletados foram colocados em gráficos palitos, tabelas e quadros e analisados na forma comparativa com os resultados obtidos nos estudos feitos por Sousa (2018) com os resultados obtidos pela pesquisa realizada no ano de 2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diante dos estudos feitos por Sousa (2018) e comparados com o estudo feitos em 2022 obteve-se os seguintes resultados: quando se relaciona a faixa etária dos participantes. No gráfico 1 temos os resultados obtidos acerca da faixa etária dos participantes do estudo.

Gráfico 1 - Resultados obtidos acerca da faixa etária dos beneficiários

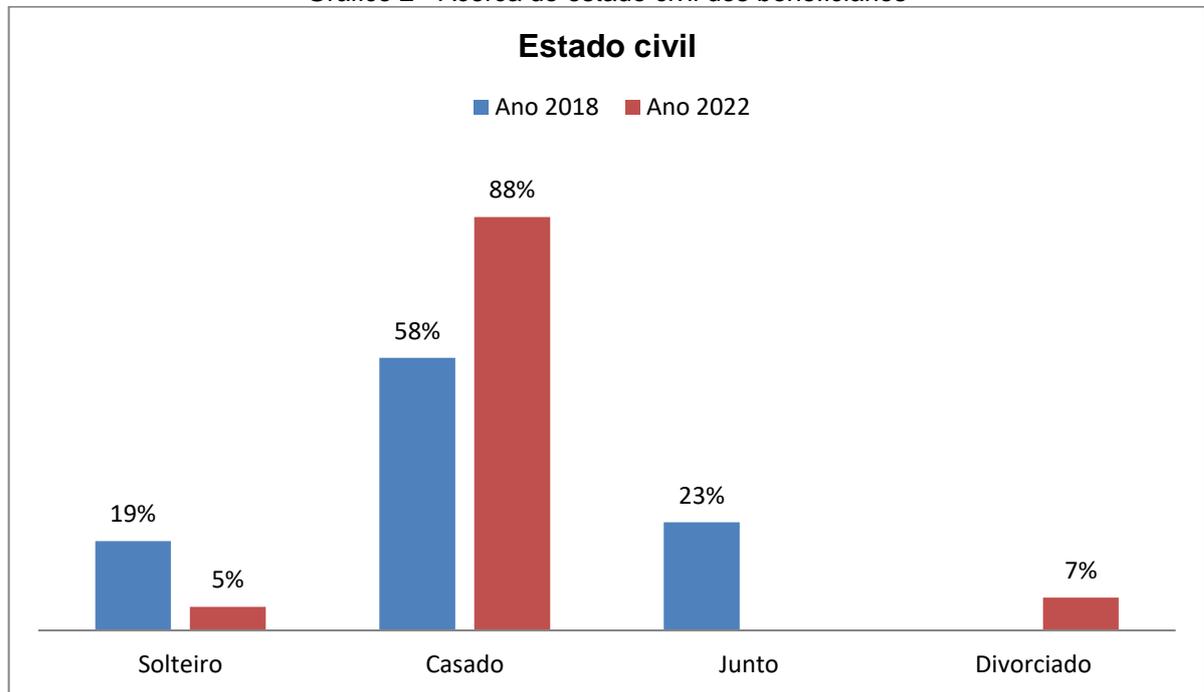


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Tanto no ano de 2018 quanto no ano de 2022 a maior parte dos beneficiários ficaram concentrados numa faixa etária entre os 25 a 35 anos. Entretanto, mesmo tendo uma concentração maior nesta faixa etária, os dados coletados em 2022 mostram que essa faixa etária apresenta uma alta mais elevada de beneficiários.

Acerca do estado civil dos beneficiários, o gráfico 2 mostra os seguintes resultados:

Gráfico 2 - Acerca do estado civil dos beneficiários



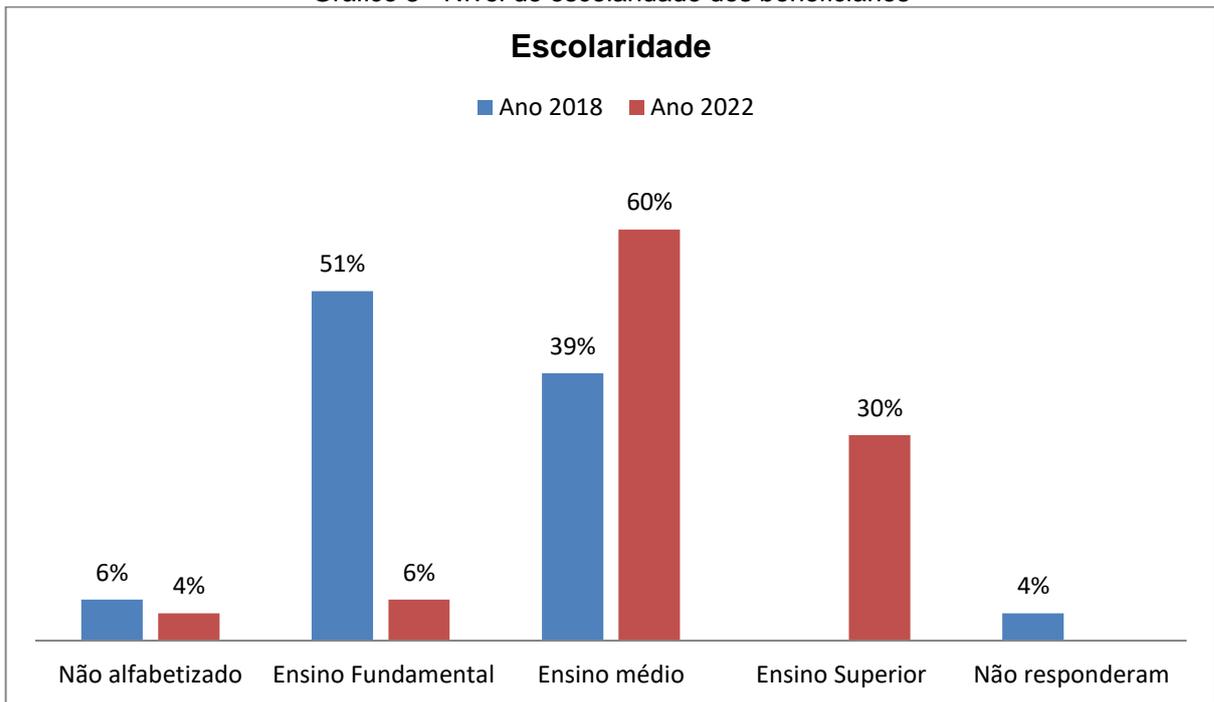
Quando se relaciona ao estado civil dos participantes no gráfico 2 em 2018, a maioria afirmara serem casados, totalizando 58% dos entrevistados (18). Apenas 6 (seis) participantes declararam serem solteiros e 7 (sete) informaram outro tipo de estado civil, isto é, possuírem união estável. Nenhum participante declarou ser divorciado ou viúvo.

Em 2022 o estudo aponta uma mudança expressiva conforme apresentada na tabela, onde 88% dos beneficiários, ou seja, 28 (vinte e oito) dos entrevistados são casados, e 5%, ou seja 1 (um) entrevistado é solteiro e, 7% das pessoas que participam do programa, 2 (duas) pessoas, são divorciados, e nenhum dos participantes se declararam viúvos.

O estado civil dos participantes, tanto nos dados de 2018 quanto nos resultados de 2022, se concentra em sua maioria em casados, com uma alta elevada de forma bem expressiva em 2022. Nos entrevistados de 2018 nenhum declarou ser divorciado ou apresentou participantes que viviam juntos. Já em 2022, nenhum dos participantes declarou estarem juntos, mas já os divorciados desta vez pontuaram nos dados coletados.

Quando se relaciona acerca do nível de escolaridade dos beneficiários entrevistados, o gráfico 3 demonstra o seguinte resultado:

Gráfico 3 - Nível de escolaridade dos beneficiários



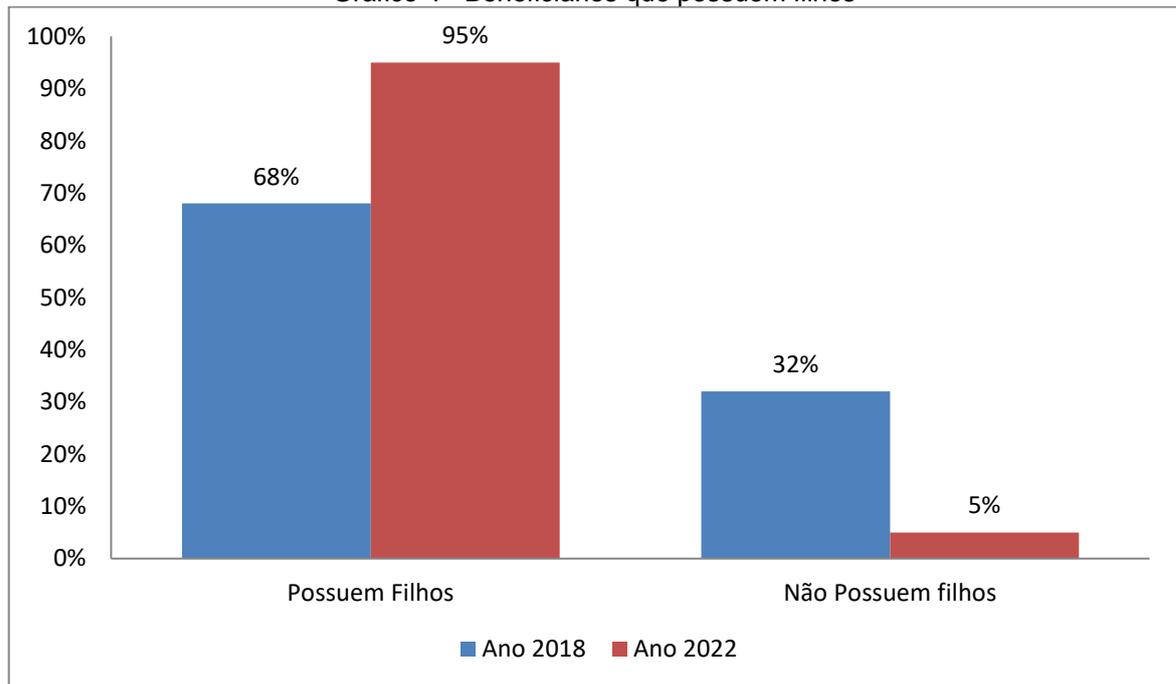
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A maior parte dos participantes em 2018 afirmaram possuir ensino fundamental, sendo 51% dos 31 (trinta e um) entrevistados. Já 39% responderam possuir o ensino médio. 2 (dois) entrevistados, que correspondem a 6%, declararam serem não-alfabetizados, 1 (um) optou por não responder, o que corresponde a 4% e nenhum declarou ter escolaridade de nível superior. No que diz respeito a este quesito, em 2022 os resultados são bem divergentes, onde os dados nos mostram que 4% dos participantes, que corresponde a 1 (uma) pessoa, é não-alfabetizada. Já 6%, que correspondem a 2 (dois) beneficiários, possuem ensino fundamental, 30% ou seja, 10 (dez) entrevistados possuem ensino superior e a maior parte dos beneficiários do programa, 60% que corresponde a 19 (dezenove) participantes, possuem ensino médio.

Divergentemente dos dados apresentados em 2018, onde a maior parte do grau de escolaridade dos beneficiários se concentrava no ensino fundamental, os estudos atuais de 2022 concentram sua maior parte dos beneficiários tendo o ensino médio, e pontua desta vez uma parte de beneficiários que possuem o ensino superior. A pontuação do nível de escolaridade superior aparece neste estudo de 2022 e se dá em virtude de na cidade existir um polo de universidade à distância.

No gráfico 4 a seguir é analisado a quantidade de beneficiários que têm filhos:

Gráfico 4 - Beneficiários que possuem filhos



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No estudo anterior realizado em 2018, a maior parte dos beneficiários, 68% que corresponde a 21 (vinte e um) entrevistados, afirmaram possuir filho, e apenas 32% que correspondem a 10 (dez) entrevistados não têm filhos. Portanto, em 2022 é apresentada uma alteração de acordo com o gráfico, onde 95%, ou seja, 30 (trinta) entrevistados têm filhos e apenas 5%, que corresponde a 1 (um) beneficiário, não possui filhos.

Diferentemente dos estudos de 2018, os achados de 2022 mostram um aumento em relação aos beneficiários que possuem filhos, tendo um total nos achados do estudo atual onde apenas 1 (um) dos entrevistados afirmou não possuir filhos.

A tabela 1 a seguir, do estudo de 2018, mostra que os valores recebidos pelos beneficiários variam entre R\$ 87,00 (oitenta e sete reais) à R\$ 158,00 (cento e cinquenta e oito reais) e de R\$ 482,00 (quatrocentos e oitenta e dois reais) à R\$ 511,00 (quinhentos e onze reais), com sua maioria recebendo valores entre R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) reais mensais. Na tabela 2 o estudo realizado em 2022 demonstra que houve uma mudança nos valores recebidos pelos beneficiários do novo Auxílio Brasil. Os entrevistados apontam receberem um novo valor sendo ele universal para todos os participantes no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), e a cada dois meses recebem um valor suplementar de R\$ 53,00 (cinquenta e três reais) equivalente ao auxílio gás.

Pode-se observar conforme as tabelas que em 2018 os valores recebidos pelo antigo Bolsa Família eram valores que variavam de participante para participante. Portanto, nos achados de 2022 percebe-se um valor universal recebido pelo novo Auxílio Brasil por todos os praticantes do programa.

Tabela 1 - Valores recebidos no antigo programa Bolsa Família

Valor recebido	Número de participantes
R\$ 87,00	2
R\$ 81,00	1
R\$ 143,00	1
R\$ 150,00	3
R\$ 156,00	2
R\$ 158,00	1
R\$ 160,00	3
R\$ 170,00	1
R\$ 242,00	2
R\$ 241,00	1
R\$ 250,00	3
R\$ 256,00	2
R\$ 270,00	1
R\$ 316,00	1
R\$ 320,00	1
R\$ 321,00	1
R\$ 325,00	2
R\$ 342,00'	1
R\$ 511,00	1
R\$ 482,00	1

Fonte: Sousa (2018).

Tabela 2 - Valores recebidos pelo novo programa Auxílio Brasil

Valor	Número de participantes
R\$400,00	31
Valor suplementar a cada dois meses	
Valor	Número de participantes
R\$ 53,00	31

Fonte: Dado da pesquisa (2022).

No quadro 1 dos estudos feitos por Sousa (2018), ao questionar os participantes se o valor recebido é suficiente para a aquisição da alimentação básica do mês, 87% dos entrevistados consideram que o valor não é suficiente para a compra de alimentos para o mês. Apenas 13% dos beneficiários consideram o valor suficiente para a compra da alimentação. Ao pedir uma justificativa em relação as respostas negativas selecionaram-se as seguintes respostas:

Quadro 1 - Fala dos beneficiários do programa Bolsa Família

[...] “Precisa complementar pra poder comprar alimentos pra o mês” (Participante 01)
[...] “Não é suficiente pra comprar alimentos pra o mês” (Participante 02)
[...] “Em virtude de altos preços dos alimentos o valor recebido não é suficiente para complemento” (Participante 18).

Fonte: Sousa (2018).

Podemos verificar no quadro 2, nos estudos realizados em 2022, que houve uma modificação, ao fazer o questionamento aos beneficiários se o valor recebido supre a aquisição de alimentação para o mês 100% dos beneficiários responderam que não dá para comprar a alimentação básica. Das justificativas obtidas foram selecionadas as mais frequentes:

Quadro 2 - Fala dos beneficiários do programa Auxílio Brasil

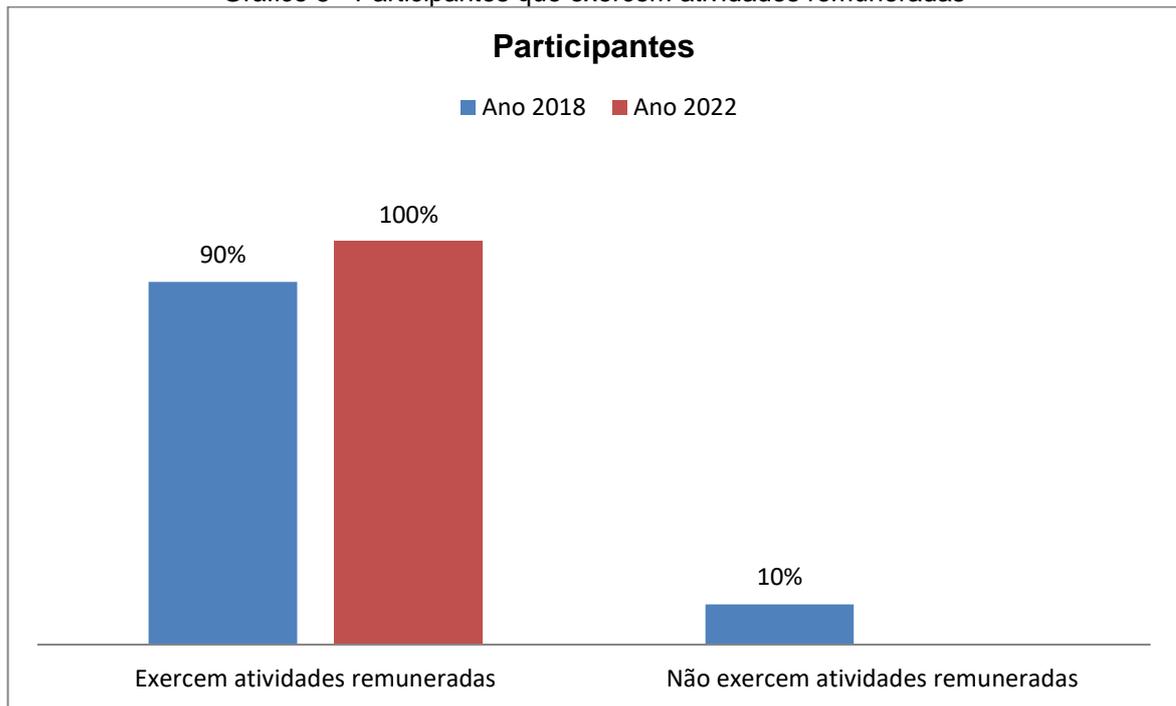
[...] “Não dá pra comprar comida pra passar o mês os preços das coisas aumentam sem parar” (Participante 03)
[...] “Não dá pra comprar comida pra passar o mês, pois toda vez que vamos ao mercado pra fazer compras tem subido o preço dos alimentos” (Participante 11)
[...] “Impossível conseguir comprar alimentos pra os 30 (Trinta) dias do mês porque praticamente os preços aumentam a cada semana” (Participante 31).

Fonte: Dados pesquisa (2022).

As justificativas argumentadas pelos participantes das falas em ambos os quadros, tanto os de 2018 quanto os de 2022, são praticamente as mesmas. Porém, enquanto no estudo anterior, para 13% dos entrevistados os valores recebidos eram suficientes para comprar a alimentação, os 100% dos entrevistados de 2022 afirmam que mesmo com um valor universal recebido e atualizado não é suficiente para comprar alimentos para o mês.

Quando questionados se os participantes exerciam alguma atividade remunerada com o propósito de complementar a renda, os estudos de Sousa (2018) no gráfico 5 nos mostra que 90%, que corresponde a 28 (vinte e oito) participantes, afirmaram que sim e 10% dos beneficiários, que equivale a 3 (três) entrevistados, afirmaram não exercer atividade remunerada com o objetivo de complemento de renda, conforme apontam os dados do gráfico 5.

Gráfico 5 - Participantes que exercem atividades remuneradas



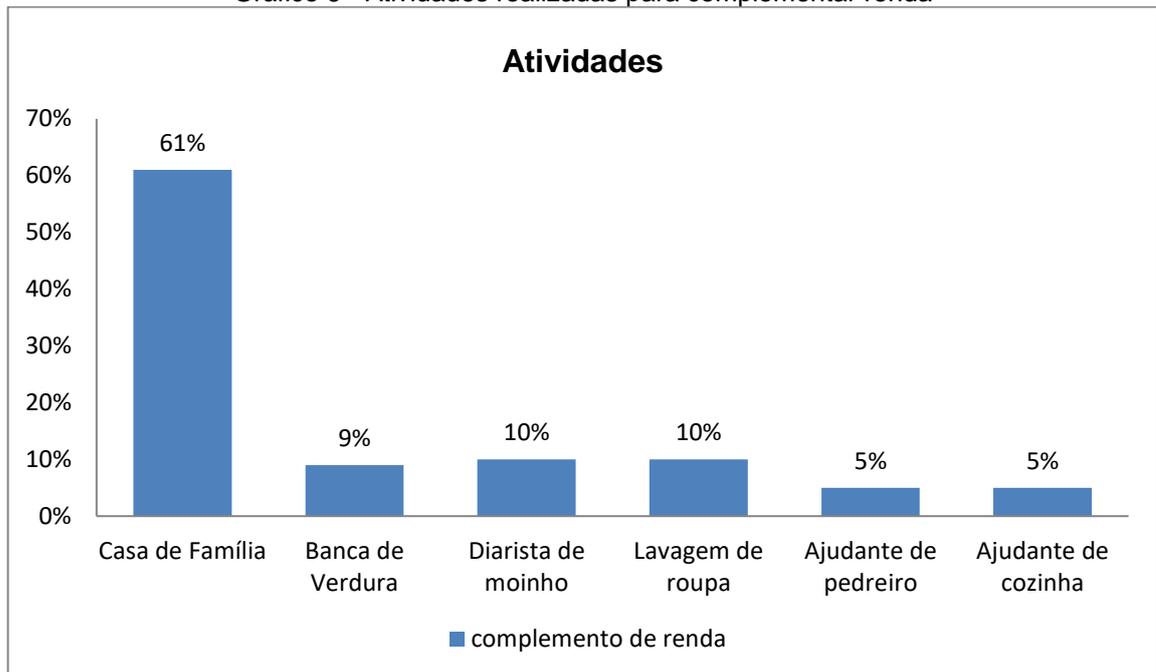
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Contudo, nos estudos realizados em 2022, pode-se observar que houve uma modificação, onde 100% dos entrevistados, que correspondem a 31 (trinta e um) beneficiários, afirmam exercerem alguma atividade para que consigam complementar a renda.

Os 100% dos participantes do estudo de 2022 exercem atividades remuneradas para complemento de renda, conforme nos mostra o gráfico, tal resultado nos revela que mesmo os atuais valores recebidos, sendo um valor superior e corrigido, são insuficientes para compra de alimentação para os 30 (trinta) dias do mês.

Ao serem questionados quais atividades são realizadas para complemento de renda, 61% afirmam exercerem atividades complementares como serviços gerais em casa de família, 9% trabalham em dia de feira como ajudantes de banca de verdura, 10% como diaristas em um moinho de despolpar arroz, 10% como lavadeiras de roupas, 5% ajudante de pedreiro e 5% ajudante de cozinha, conforme o gráfico 6.

Gráfico 6 - Atividades realizadas para complementar renda

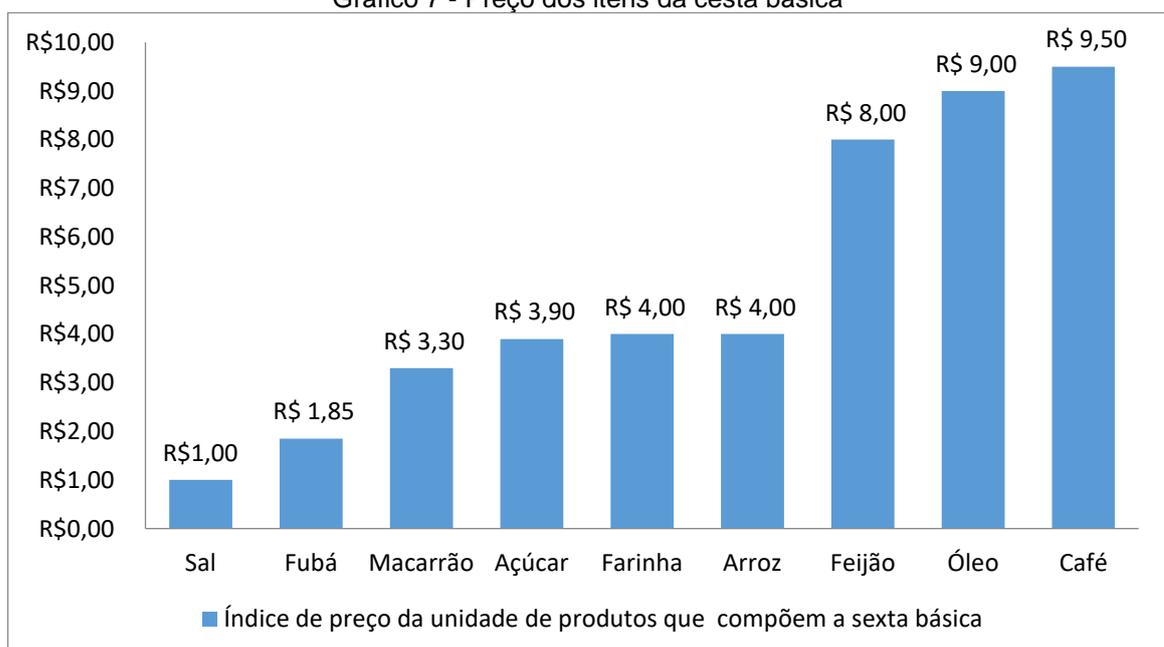


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

De todos os participantes que exercem atividades complementares, a maior parte das atividades realizadas está concentrada em serviços em casa de família, em virtude da maior parte dos beneficiários do novo programa Auxílio Brasil serem do sexo feminino e o estudo de 2022 ter sido realizado na zona urbana.

Tendo em vista a pesquisa feita em 2022, onde todos os entrevistados afirmaram exercerem alguma atividade para complemento de renda, na tabela a seguir pode-se verificar o índice de preços unitário dos produtos que compõem a sexta básica de acordo com o gráfico 7.

Gráfico 7 - Preço dos itens da cesta básica



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O gráfico anterior nos mostra uma oscilação dos preços de cada produto que compõe a cesta básica, onde temos atualmente o maior preço sendo o do café. Tal alta destes preços confirma o que os 100% dos beneficiários dos estudos de 2022 afirmaram, que o valor recebido não é suficiente para compra de alimentação para o mês, e tal elevação dos preços se justifica em virtude da crise advinda pela pandemia COVID-19 e da alta do preço dos combustíveis causada pela guerra da Ucrânia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo o conhecimento de que os programas de transferência de renda são usados para o enfrentamento de combate de pobreza e extrema pobreza, e com o objetivo de garantia da alimentação básica para pessoas em situação de insegurança alimentar, o estudo concentrou-se em uma análise comparativa do antigo programa Bolsa Família com o Novo Auxílio Brasil, avaliando agora um público beneficiário de uma localização geográfica diferente, sendo escolhida a população beneficiária do bairro Santa Terezinha, situado no município de Livramento no Sertão da Paraíba, pode-se concluir que o ponto principal do estudo foi concluído com êxito.

Pode-se observar mudanças significativas entre os entrevistados de 2018 e 2022, chama a atenção que, a maioria dos beneficiários permanece com uma faixa etária entre 25-35 anos de idade, e, em sua maioria são todos casados. O nível de escolaridade dos participantes aumentou significativamente, onde sua maioria possui o ensino médio e 30% dos entrevistados possuem ensino superior, e isso se dá em virtude da cidade possuir um Polo de Educação à Distância.

A quantidade de beneficiários que possuem filhos também saltou para 95%. Percebe-se um valor monetário recebido pelos beneficiários de 2022 bem superior, sendo este um valor universal para todos os beneficiários, acrescido de um valor suplementar a cada dois meses e bem diferente dos valores variáveis recebidos pelos beneficiários do ano de 2018.

Entretanto, mesmo sendo um valor bem superior, os valores monetários recebidos ainda se tornam insuficientes para adquirir alimentos para os 30 dias do mês, conforme afirmaram todos os participantes do novo programa. Mesmo sendo insuficiente os atuais valores recebidos pelos beneficiários, é necessário reconhecer a contribuição benéfica que o programa traz para beneficiários, dando a estes acessos ao poder de compra.

Contudo, as pessoas que exercem atividades extras para complementar a renda chega aos 100% dos atuais beneficiários, exercendo em sua maioria as atividades em casas de família.

Tal impacto de altas de preços das unidades dos produtos que compõem a cesta básica é advindo em virtude da crise econômica que se deu através da crise sanitária, a pandemia COVID-19, e posteriormente a guerra na Ucrânia, que acarretou alto preço de combustível, principalmente o óleo diesel, um dos principais combustíveis usados para transporte de mercadorias, sendo assim repassados às mercadorias, gêneros alimentícios e outros serviços à alta dos preços, que pode ser verificada na tabela de índice de preços de unidades de gêneros alimentícios que compõem a cesta básica.

A recomendação diante deste estudo é que a Prefeitura de Livramento faça um levantamento da população que se encontra em vulnerabilidade e insegurança

alimentar e requalifique o restaurante, que em parceria com o governo do Estado da Paraíba funciona o programa 'Tá Na Mesa', para que a comida seja fornecida de forma totalmente gratuita e sem cobrança de nenhuma taxa, tendo em vista que o atual programa cobra uma pequena taxa no valor de uma contrapartida do beneficiário de R\$1,00. E que juntamente com a secretaria de finanças, orçamento, planejamento e gestão seja criado, em âmbito municipal com recursos advindos do tesouro municipal, um programa de transferência de renda suplementar para pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar, para subsidiar tais beneficiários que já estejam inseridos nos programas sociais.

REFERÊNCIAS

- 2º INQUÉRITO Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. **Pesquisassan**, 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/> Acesso em: 09 jun. 2022.
- ABREU, Lidiane Rocha. **Direitos Sociais no Brasil: Programa Bolsa Família e Transferência de Renda**. Orientador: Dr. Helcio Ribeiro. 2011. 203 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/23746/Lidiane%20Rocha%20Abreu.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- ARENA, Rafael André. **PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE DO AUXÍLIO EMERGENCIAL**. Orientador: Prof. Dr. Eduardo Borges da Silva. 2021. v. 1, 41 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Fundação Getulio Vargas, Brasília, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/31336/DISSERTACAO-Rafael%20Arena.pdf?sequence=5&isAllowed=y>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- BOYADJIAN, Ana Carolina Paes de Barros. **Os programas de transferência de renda em países específicos da América Latina e no Brasil**. Orientador: Dra. Rosa Maria Marques. 2009. 95 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/9385/1/Ana%20Carolina%20Paes%20de%20Barros%20Boyadjian.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 dez. 2022.
- BRASIL. Lei nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Planalto**. Brasília, DF, 12 jan. 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. **Planalto**. Brasília, DF, 30 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 8 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Auxílio Brasil impacta na redução da extrema pobreza no país, indica estudo do Ipea**. Brasília, Ministério da Cidadania, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-impacta-na-reducao-da-extrema-pobreza-no-pais-indica-estudo-do-ipea>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia para acompanhamento das condicionalidades de saúde: Programa Auxílio Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022b. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_acompanhamento_condicionalidades_auxilio_brasil.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

DA SILVA, Giselle Souza. Capital portador de juros e programas de transferência de renda: monetarização das políticas sociais e contrarreforma. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 13, n. 2, p. 173-181, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321127276003.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2022.

DA SILVEIRA, Diego Vieira *et al.* O método comparativo: refletindo sobre as possibilidades de comparação como adegas com base de dados quantitativos. In: XXVIII Congresso de Iniciação Científica. **5º Semana Integrada**, Pelotas: UFPEL, 2019. Disponível em: http://cti.ufpel.edu.br/siepe/arquivos/2019/SA_04420.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

DE MACEDO, Neusa Dias. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

DIAS, Adriane Tomazelli. **A "nova" questão social e os programas de transferência de renda no Brasil**. Orientador: Dra. Ivaneti Boschetti. 2006. 221 f. v. 1, Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, UNB, Brasília, 2006. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/6678/1/2006_Adriane%20Tomazelli%20Dias.pdf. Acesso em: 17 ago. 2022.

DOS SANTOS, Gilmar Ribeiro; ROSA, Tereza Raquel Silveira. Pobreza e transferência de renda no Brasil. **Argumentos**, Maranhão, v. 1, n. 3, p. 115, 2009. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/OLD/eixos_OLD/3.%20Desigualdades%20Sociais%20e%20Pobreza/POBREZA%20E%20TRANSFER%3%8ANCIA%20DE%20RENDA.pdf. Acesso em: 18 ago. 2022.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de (org.). **EXPANSÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL: UMA REFLEXÃO PRELIMINAR**. 12. ed. Brasília, DF: Ipea, 2022.

Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11331/1/n_12_Expansao_Programa_Auxilio.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

FILHO, A. E. Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, Bauru, ed. 28, n. 02, p. 257-266, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/XXb3Tngn8HFzFyBjqCLKbrQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 ago. 2022.

GANDRA, Alana. Pesquisa aponta que fome atinge 33,1 milhões de pessoas no país. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-06/pesquisa-aponta-que-fome-atinge-331-milhoes-de-pessoas-no-pais>. Acesso em: 20 ago. 2022.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgnnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/livramento/panorama>. Acesso em: 15 ago. 2022.

LIMA, Elaine Carvalho de. **Programas de Transferências de Renda: análise do Bolsa Família no estado do Rio Grande do Norte, 2004-2014**. Orientador: Ma. Érica Priscilla Carvalho de Lima. 2015. 36 f. v. 1, TCC (Especialização) - Curso de Gestão Pública, UFCG, Campina Grande, 2015. Disponível em:

<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/13206/3/PDF%20-%20ELAINE%20CARVALHO%20DE%20LIMA.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2022.

MADEIRA, L. M; PAPI, L. P; MARX, V. Políticas de transferência de renda como impulsionadoras de um modelo de desenvolvimento com inclusão social? *In.*: XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, jul. 2015, Porto Alegre. **Researchgate**, 2015.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/LigiaMadeira/publication/282580944_Políticas_de_transferencia_de_renda_como_impulsionadoras_de_um_modelo_de_desenvolvimento_com_inclusao_social/links/5613259308aedee13b5c1640/Políticas-de-transferencia-de-renda-como-impulsionadoras-de-um-modelo-de-desenvolvimento-com-inclusao-social.pdf. Acesso em: 02 ago. 2022.

MATTAR, Viviane. O VELHO DESCONHECIDO AUXÍLIO BRASIL E O FIM DO BOLSA FAMÍLIA: Uma breve discussão sobre políticas públicas, insegurança alimentar e COVID19. **NOVOS DEBATES**, Brasília, v. 8, n. 1, ed. 8101, p. 2-19, 2022. Disponível em: http://novosdebates.abant.org.br/wp-content/uploads/2022/08/ENSAIO_vivianemattar.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

MENDES, Adriana; BUZINARI, Daniela; OLIVEIRA, Yara Regina Silva. **O ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL A LUZ DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**. Orientador: Silvana Malamam Trevisan Dias Batista. 2006. 131 f. v. 1, TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, FACULDADES INTEGRADAS “ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/Direito/article/viewFile/516/512>. Acesso em: 17 ago. 2022.

MESQUITA, Adriana de Andrade; FREITAS, Rita de Cássia dos Santos. Programas de transferência de renda e centralização nas famílias: prioridades do sistema de proteção social não contributivo brasileiro em questão. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 197-224, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264908029/552264908029.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

MONTIEL, Isadora Martins. **O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BRASILEIRO NA REDUÇÃO DA POBREZA**. Orientador: Dra. Alessandra Troian. 2016. 79 f. v. 1, TCC (Graduação) - Curso de Ciências Economicas, UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA, Sant’Ana do Livramento, 2016. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/1079/1/Montiel%2c%20Isadora%20Martins.%20O%20programa%20bolsa%20fam%20adlia%20uma%20an%20lise%20da%20contribui%20a7%20a3o%20do%20programa%20de%20transfer%20ancia%20de%20renda%20brasileiro%20na%20redu%20a7%20a3o%20da%20pobreza.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2022.

OLB. Observatório Do Legislativo Brasileiro. AUXÍLIO BRASIL EM COMPARAÇÃO AO BOLSA FAMÍLIA. **ANPOCS**, 2022. Disponível em: https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2021-09_Boletim_7.pdf. Acesso em: 21 out. 2022.

PARANÁ. Nota Conjunta. Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR e Departamento de Assistência Social - DAS/SEJUF. **CEAS**, 2017. Disponível em: https://www.ceas.pr.gov.br/sites/ceas/arquivos_restritos/files/documento/2021-12/site_-_nota_conjunta_-_ceas-pr_e_das-sejuf_-_programa_auxlio_brasil_em_substituiu_o_ao_pbf.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

PASE, Hemerson Luiz; MELO, Claudio Corbo. Políticas públicas de transferência de renda na América Latina. **REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, Rio de Janeiro, ed. 51, n. 12, p. 312-329, mar-abr 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/jr9G6qgp3Msfnd7vKWzgcgN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 1 ago. 2022.

PEÑA, Carlos Rosano et al. (2015). A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, ed. 49, v. 4, p. 889-914, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/frnhZDdCFHZ6Bxt6LfqvJwq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PIANA, M. C. **A pesquisa de campo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ROQUE, Daiane Medeiros; FERREIRA, Marco Aurélio Marques. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 4, p. 1207-1207, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2015.v24n4/1193-1207/pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os programas de transferência de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento, possibilidades e limites. **Repositório UFMA**, 2004. Os programas de transferência de renda na política social brasileira: seu desenvolvimento possibilidades e limites. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/bitstream/1/168/1/OS%20PROGRAMAS%20DE%20TRANSFERENCIA%20DE%20RENDNA%20POLITICA%20SOCIAL%20BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Repositório UFMA**, 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/165>. Acesso em: 02.Ago.2022.

SILVEIRA, Manoela Bion da. **A QUESTÃO DA MULHER NOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**. Orientador: Me. Dilceane Carraro. 2012. 63 f. v. 1, TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, UFSC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103462/TCC%20MANOELA%20BION.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 ago. 2022.

SOUSA, George Ferreira de. **POLÍTICA PÚBLICA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: GARANTIA DE REFEIÇÕES BÁSICAS NO SÍTIO ARARAS DO MUNICÍPIO DE ITAPETIM-PE**. Orientador: Prof. Ms Geovaneto Vilar de Oliveira. 2018. 59 f. v. 1, TCC (Graduação) - Curso de Administração, CCEA, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Patos, PB, 2018. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/26971>. acesso em: 8 jun. 2022.

TEODORO, Luiz Claudio de Almeida. NEOLIBERALISMO, PANDEMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O BOLSA FAMÍLIA E O AUXÍLIO BRASIL. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 6, p. 687-700, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva/article/view/5643/5623>. Acesso em: 19 out. 2022.

TUPY, Igor Santos; TOYOSHIMA, Silvia Harumi. Impactos dos Programas Governamentais de Transferência de Renda sobre a Economia do Vale do Jequitinhonha. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, ed. 44, n. 3, p. 1-22, 30 ago. 2013. Disponível em: <https://g20mais20.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/83/63>. Acesso em: 4 ago. 2022.

APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

a) Faixa etária "idade": _____

b) Estado civil: _____

c) Nível de escolaridade: _____

d) Beneficiário que têm filhos: _____

e) Valores mensais recebidos: _____

f) O valor recebido é suficiente para compra de alimentos pra o mês?

Justificativa em caso de resposta negativa: _____.

Justificativa: _____

_____.

g) Exerce atividade remunerada para complemento de renda? Se resposta afirmativa. Qual atividade? Atividade: _____.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois se não fosse por ele não estaria aqui e nem tinha chegado aonde cheguei.

A Maria, Mãe de Jesus, e ao Espírito Santo que sempre me iluminou nas horas das dúvidas, e a todos os colegas do curso do polo.

Ao professor Lucas Andrade, pela paciência em me orientar e sempre estar disponível para tirar minhas dúvidas quando estas surgiam e por todo empenho e dedicação.

Estendo também minhas palavras e sentimento de gratidão ao tutor Gilberto Rodrigues, do curso desta especialização do polo Livramento, por todo o apoio e em sempre nos tratar de forma comprometida em todas as horas e até nos finais de semana que sempre que precisávamos.